

Educação bilíngüe e multiculturalismo: O exemplo americano

Bilingual education and multiculturalism:
The american example

FERNANDO NAIDITCH*



RESUMO – Este artigo apresenta uma visão histórica de educação bilíngüe nos Estados Unidos e mostra que a forma como ela foi compreendida mudou através dos anos. O artigo focaliza as diferentes políticas educacionais e a legislação que regulamentam o uso de outras línguas que não o inglês no sistema educacional público e privado nos EUA. Políticas públicas que tratam do ensino de inglês como segunda língua também são discutidas. A perspectiva histórica apresentada no artigo percorre diferentes momentos da história americana e mostra como eles afetaram as políticas educacionais que guiam o uso do inglês e de línguas estrangeiras nas escolas (ex: imigração, o Sputnik, o movimento de direitos civis, e mais recentemente o Nenhuma Criança Deixada para Trás). O artigo mostra as vantagens de se viver em uma sociedade multicultural, e também como o sistema de educação pública pode se beneficiar deste fato, e como administradores e educadores devem abordar diversidade lingüística e cultural tanto dentro como fora da sala de aula.

Descritores – Bilingüalismo; políticas educacionais; Estados Unidos; inglês como segunda língua; multiculturalismo.

ABSTRACT – This article presents a historical overview of bilingual education in the United States and how the way it is understood has changed over the years. The article deals with the different policies and legislation that have regulated the use of languages other than English within both the public and the private educational systems in the U.S. Public policies that address second language learners and the development of ESL programs are also discussed. In the article, the historical overview covers different moments in American history and how they affected the policies that guide second language use in the school system (e.g. massive immigration waves, the Sputnik, the Civil Rights Movement and, more recently, the No Child Left Behind Act). The article focuses on the advantages of living in a multilingual multicultural society, on how the

* Doutor em Educação – Educação Multicultural. Professor da Hostos Community College of the City University of New York (CUNY). E-mail: fn231@nyu.edu
Artigo recebido em: abril/2006. Aprovado em: junho/2006.

public school system can benefit from it, and on how teachers and administrators should address linguistic and cultural diversity both in and outside the classroom.

Key words – Bilingualism; educational policies; United States; English as a second language; multiculturalism.



INTRODUÇÃO

Para muitas pessoas, aprender uma língua estrangeira hoje em dia virou lugar comum. Em todo o mundo, educadores e administradores educacionais parecem já ter compreendido a importância de colocar o ensino de línguas estrangeiras em currículos escolares. Em muitos casos, a discussão nem é mais se o ensino de línguas deva ou não estar presente nos currículos, mas quando isso deve acontecer.

Como resultado de massiva imigração e da globalização, nos Estados Unidos esta discussão já existe há muitos anos e tem sido até hoje motivo de controvérsia, o que tem gerado debates em nível nacional. Intensos movimentos migratórios, tanto para os Estados Unidos como dentro do país, somado ao desenvolvimento econômico americano, contribuíram para o crescimento de uma população diversa tanto lingüística como culturalmente.

Essa diversidade étnica e cultural, que para muitos é sinônimo de pluralismo e riqueza, para outros está gerando uma crise de identidade lingüística e cultural nos Estados Unidos.

Neste artigo, apresento questões históricas que fizeram dos EUA uma nação multicultural e multilíngüe e discuto os efeitos que esta diversidade está causando no sistema educacional americano, principalmente no que se refere à educação bilíngüe.

EDUCAÇÃO BILÍNGÜE NOS EUA: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Educação Bilíngüe pode parecer uma discussão recente entre educadores e órgãos governamentais por estar sendo o foco de ataques e novas legislações de costa a costa nos Estados Unidos, mas na verdade, bilingüalismo, ou seja, o uso de pelo menos duas línguas por indivíduos ou por uma sociedade, é um fenômeno cuja história pode ser resgatada em pelo menos 5000 anos (MACKEY, 1978). Educação bilíngüe, ou seja, o uso de uma segunda língua ou de uma língua estrangeira na escola para o ensino

de diversas disciplinas, apesar de ser um fenômeno mais recente historicamente, também existiu de várias formas e resistiu a diferentes movimentos políticos e ideológicos desde, pelo menos, o século 19. Historicamente, educação bilíngüe desenvolveu-se como resultado do contexto de imigração (já que a sociedade americana é uma sociedade de imigrantes desde o princípio da colonização do território americano) e de movimentos políticos de direitos civis que buscaram igualdade em todos os setores da sociedade, inclusive em oportunidades educacionais.

Neste sentido, educação bilíngüe está associada também à discussão acerca do significado e do propósito da educação, isto é, a quem e como servimos como educadores. Isto significa que comunidades que participam da vida da sociedade (e que pagam impostos) têm o direito de participar de decisões que afetam a forma como seus filhos serão educados e têm direito a opinar sobre como a escola, enquanto instituição social e educacional, pode servir melhor as comunidades que atende.

A legislação que guia e determina políticas de educação bilíngüe nos Estados Unidos varia em termos federais, estaduais e municipais. Há também variação em termos da participação de cada comunidade de imigrantes e até mesmo de indivíduos que também podem participar do debate acerca da implementação de políticas educacionais em suas comunidades. Sendo assim, é compreensível que a perspectiva e as atitudes de políticos, educadores e administradores frente a educação bilíngüe tenham mudado ao longo do tempo (CRAWFORD, 2004; E. GARCIA, 2002; MCCARTY, 2004; MIGUEL, 2004; OVANDO, 2003; SCHMIDT, 2000; WILEY, 2002).

Os Estados Unidos são uma nação multilíngüe por excelência. Mesmo antes da chegada dos primeiros imigrantes europeus, já existiam mais de 300 línguas indígenas em uso no país (MCCARTY, 2004). A colonização e o movimento em direção à unificação lingüística não se deu de forma imediata e nem mesmo foi planejado. Ao contrário, muitos missionários acabaram aprendendo e usando as línguas indígenas como instrumento de conversão e dessa forma ajudaram a difundir ainda mais as línguas e as culturas indígenas, ao mesmo tempo em que introduziam seus valores culturais e suas línguas de origem.

Inicialmente, portanto, nos Estados Unidos, houve tolerância lingüística, principalmente devido a diversidade de línguas e culturas trazidas pelos imigrantes. Até a Primeira Guerra Mundial, então, diversidade lingüística era aceita e difundida através de práticas religiosas,

jornais publicados em diferentes línguas e, principalmente, pelo uso de várias línguas no sistema educacional, tanto público como particular. Como toda regra, esta também teve exceções, e as mais conhecidas e difundidas foram: a posição anti-germânica de Benjamin Franklin, em 1750; a legislação aprovada no estado da Califórnia, em 1855 regulando educação somente em Inglês; a supressão lingüística no Comitê de Assuntos Indígenas, em 1880 (CRAWFORD, 2004).

Nos séculos 18 e 19, portanto, os conceitos de educação bilíngüe, multiculturalismo e minorias lingüísticas não eram motivo de discussão em nível nacional, muito menos motivo dos acirrados debates políticos e ideológicos que os Estados Unidos vivenciam hoje, especialmente frente às novas políticas migratórias e ao crescimento do espanhol, que cada vez mais se torna a segunda língua do país.

Até a segunda metade do século 19, o país vivenciou um movimento de abertura tanto aos imigrantes como às línguas e culturas que trouxeram consigo. Apesar de o inglês já ser a língua dominante nas escolas das grandes cidades americanas na segunda metade do século 19, a educação em duas línguas era uma realidade presente em cidades como Cincinnati, Baltimore, Denver e São Francisco. Esta realidade esteve presente na vida americana até a virada do século. No início do século 20, por exemplo, imigrantes vindos da Polônia para Chicago instituíram escolas bilíngües para que seus filhos pudessem ser educados em polonês. Enquanto as políticas educacionais e lingüísticas nos Estados Unidos estiveram sob controle local das cidades e dos distritos escolares, a língua de instrução nas escolas não foi motivo de controvérsia.

Nas duas primeiras décadas do século 20, porém, uma mudança de atitude com relação ao multilinguismo e ao multiculturalismo acabou gerando uma série de restrições à educação bilíngüe. As grandes massas migratórias que chegaram no início do século 20 acabaram enchendo as salas de aula com crianças vindas dos mais diversos países falando os mais diversos idiomas. Um medo com relação ao que esta nova onda de imigração significaria ao país acabou gerando um movimento nacionalista nunca antes visto nos Estados Unidos. As palavras de ordem eram integração, harmonização e assimilação e o país começou a vivenciar um movimento de *americanização* que incluiu a competência lingüística e comunicativa em inglês como forma de provar lealdade ao país e aos americanos (BAKER, 2006). Em 1906, durante o mandato do presidente Theodor Roosevelt, foi assinado o Ato Nacionalista que exigiu de todos os

Educação

imigrantes que falassem o inglês para se tornarem cidadãos americanos. Uma língua comum para um único país foi também o resultado da resolução adotada pelo Departamento de Americanização, em 1919, que recomendou a todos os estados que a língua de instrução nas escolas fosse somente o inglês. Em 1923, 34 estados americanos já tinham decretado o inglês como a única língua de instrução em todas as escolas de ensino fundamental (GARCIA, 1992).

Mas foi com a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial em 1917, seguida de um sentimento anti-germânico que tomou conta do país, que educação bilíngüe foi amplamente abandonada. A antiga diversidade e tolerância lingüísticas foram substituídas por preconceito e intolerância. Neste período, o papel da educação e das escolas se tornou fundamental no processo de socialização e assimilação de imigrantes à língua e à cultura americanas. As escolas tornaram-se o lugar de integração e seu papel incluiu formar cidadãos americanos. Até mesmo o ensino de línguas estrangeiras foi abandonado neste período.

Esta restrição ao multiculturalismo e à educação bilíngüe esteve presente na consciência americana até 1957, quando os russos lançaram o Sputnik no espaço. Nos Estados Unidos, o fato repercutiu de tal forma que acabou gerando uma crise de identidade e um debate acerca da qualidade do sistema educacional americano, da competência científica e tecnológica dos americanos e da sua capacidade de competir internacionalmente. Este debate repercutiu favoravelmente no ensino de línguas estrangeiras. A necessidade de se aprender uma outra língua e de se conhecer outras culturas foi ratificada através do Ato de Defesa Nacional e Educação, de 1958, durante o mandato do presidente Dwight Eisenhower, que promoveu o ensino de línguas estrangeiras desde o ensino fundamental até as universidades e que reiniciou o debate acerca da atitude com relação às línguas faladas por grupos étnicos dentro do país.

Nos Estados Unidos dos anos 60, educação bilíngüe e multiculturalismo voltaram a tona durante o movimento de Direitos Civis. O movimento que pregava direitos para Afro-Americanos, com igualdade de oportunidades para todos independentemente de cor, credo ou raça, contribuiu para a criação do Ato de Direitos Civis de 1964, durante o governo do presidente Lyndon Johnson. O ato federal, que proibiu a discriminação com base em cor, raça ou origem, simbolizou também uma mudança de atitude com relação aos diferentes grupos étnicos e as línguas por eles faladas.

O ressurgimento da educação bilíngüe nos Estados Unidos, na segunda metade do século 20, está ligado também ao estabelecimento da *Coral Way Elementary School*, no sul da Flórida, em 1963. Um grupo de exilados da Revolução Cubana de 1959, formado por cubanos de classe média e com alto nível educacional, iniciou uma escola bilíngüe em inglês e espanhol que se tornou modelo de instrução bilíngüe nos EUA. Vários fatores contribuíram para o sucesso da *Coral Way*. Os professores da escola tinham um alto nível educacional e tinham sido treinados em Cuba. O grupo, que acreditava ter que estar nos EUA somente por um tempo limitado, acabou ganhando simpatia e compreensão a sua causa e isto reverteu em fundos para a escola, em apoio político ao grupo, e em uma imagem positiva com relação aos resultados da educação bilíngüe. Mas não é só de sucessos que é feita a história da educação bilíngüe nos EUA. Uma série de leis e processos tiveram que passar pelas cortes americanas para que o direito à educação em outras línguas, além do inglês, fosse garantido a grupos étnicos e aos imigrantes.

Conhecido como Título VII (*Title VII*), o Ato de Educação Bilíngüe de 1967 surgiu como um adendo ao Ato de Educação Elementar e Secundária de 1965. Proposto por um senador do Texas, Ralph Yarborough, que percebeu a dificuldade e o alto grau de repetência dos alunos hispânicos nas escolas, o Título VII entrou em vigor em 1968 e promoveu programas de educação bilíngüe com verbas federais para falantes nativos de outras línguas que não o inglês. O novo projeto em educação bilíngüe nas escolas abalou de certa forma o antigo projeto que previa o ensino somente em inglês, mas não o eliminou completamente, já que o objetivo da educação bilíngüe era tido como transitório, isto é, o projeto previa programas de educação bilíngües transicionais em que os alunos receberiam instrução em duas línguas até que conseguissem funcionar somente em inglês. Desde 1969, o ato já foi reautorizado várias vezes pelo Congresso americano e também foi modificado de acordo com os novos tempos. As mudanças refletem as que ocorreram na sociedade americana nos últimos anos e a presença de novos grupos, como os latinos, os asiáticos e os russos, mais recentemente (MIGUEL, 2004).

O caso mais famoso, que se tornou uma bandeira para os defensores da educação bilíngüe nos EUA, ocorreu em 1970 e ficou conhecido como *Lau vs. Nichols*. Estudantes de origem chinesa e suas famílias entraram na justiça contra o Distrito Escolar de São Francisco, alegando que falantes não-nativos de inglês não recebiam oportunidades educacionais iguais aos

demais estudantes por não poderem compreender o inglês. No processo, as famílias também alegavam que a falta de suporte escolar, principalmente por não oferecer educação bilíngüe a estes estudantes, violava o ato de Direitos Civis de 1964. O caso, que foi inicialmente rejeitado por cortes federais da Califórnia, acabou parando na Suprema Corte americana, onde finalmente foi aceito. O argumento utilizado pela Suprema Corte foi de que não poderia haver igualdade entre os estudantes somente porque todos utilizavam as mesmas escolas, os mesmos livros ou os mesmos professores e currículos se estes alunos não pudessem entender esta material ou seus professores. O resultado dessa briga judicial ficou conhecido como “remediação Lau”, ou seja, as escolas passaram a ser obrigadas a oferecer algum tipo de ajuda às crianças imigrantes, o que incluiu aulas de inglês como segunda língua, tutores em inglês e alguma forma de educação bilíngüe.

O que a lei não estabeleceu foi como essa ajuda seria implementada efetivamente em sala de aula nem quanto tempo seria necessário para que uma criança desenvolvesse competência lingüística em inglês. Entretanto, o caso se tornou um símbolo na luta de igualdade para crianças imigrantes, por permitir-lhes um período de adaptação ao sistema educacional americano, instrução tanto em língua inglesa como na língua materna e acesso às oportunidades que o sistema educacional americano oferece.

Embora a lei tenha gerado um crescimento nos programas de inglês como segunda língua e em educação bilíngüe, em geral nos anos 70 e 80, a grande diferença na forma como os distritos educacionais interpretaram e implementaram as recomendações do governo federal causou diferentes reações na população americana. O debate mais acirrado parece ter sido – e ainda é – com relação não só a quanto tempo uma criança deve receber instrução em sua língua materna, mas também com relação à intensidade e à quantidade do uso de outras línguas que não o inglês, nas escolas (RHEE, 1999).

Há duas posições que prevalecem e que se contradizem até hoje. De um lado, há educadores e lingüistas que acreditam que a língua materna da criança deva ser utilizada até que ela possa desenvolver habilidades lingüísticas básicas como ler e escrever, isto é, a criança deve ser alfabetizada em sua língua materna antes de aprender o inglês. O outro grupo acredita que o inglês deva ser introduzido o mais cedo possível no currículo escolar para crianças imigrantes e que elas devam ser alfabetizadas em inglês o mais rápido que puderem.

As mudanças e os adendos ao Ato de Educação Bilingüe descrito anteriormente (Título VII) refletem as diferentes posições que prevaleceram em diversos momentos na sociedade americana. Em 1978, por exemplo, o Congresso americano autorizou o que ficou conhecido como Educação Bilingüe Transitória (*Transitional Bilingual Education*), isto é, a língua nativa da criança deveria ser utilizada somente por um período temporário até a criança desenvolver competência lingüística básica em inglês. O governo americano não daria verbas aos programas cujo objetivo fosse a manutenção da língua materna (*Maintenance Bilingual Education*). Em 1984 e 1988, mais verbas federais foram alocadas aos programas que não utilizavam mais a língua materna dos estudantes (WIESE; GARCIA, 2001).

Durante a década de 80, com o governo do presidente Ronald Reagan, os programas de educação bilingüe perderam sua força e seu propósito. Reagan acreditava que a manutenção da língua materna prejudicaria o aprendizado de inglês e afastaria os falantes de outras línguas do mercado de trabalho americano. Em seu governo, os programas que receberam verbas foram os que incentivavam o aprendizado de inglês sem a ajuda compensatória da língua materna. Todas as formas de ajuda criadas pela remediação Lau foram eliminadas. Para muitos pesquisadores, educadores e acadêmicos, as políticas educacionais do governo Reagan representaram o fim da educação bilingüe nos EUA.

Os anos 90, porém, trouxeram de volta um pouco de esperança a esses educadores e pesquisadores, que tiveram que abandonar seus projetos em educação bilingüe durante a era Reagan, já que o presidente Bill Clinton tinha prometido apoiar e melhorar os programas de educação bilingüe, em sua campanha presidencial. De fato, em 1994, ao aprovar a legislação que reformou o ensino americano, o governo Clinton não só reconheceu o alto número de falantes não-nativos de inglês como também criou novos programas cujo objetivo era aumentar o nível acadêmico e o sucesso desses estudantes nas escolas. A grande reforma educacional americana do governo Clinton previa preparar o país para a chegada do século 21, através de dois atos: o “Eduque a América” (*Educate America Act*) e o “Ato de Melhoria das Escolas Americanas” (*Improving America’s Schools Act*). O Título VII ganhou nova força e mais verbas foram alocadas para programas de educação bilingüe (WIESE; GARCIA, 2001). Entretanto, ao exigir qualidade e ao requerer novos padrões de ensino, o governo Clinton também deixou a cargo dos estados e municípios o direito de decidir como

implementar programas para imigrantes de acordo com as necessidades locais de cada estado. Ao mesmo tempo que isto deu mais poder local aos estados, isto também fez com que certos estados pusessem em votação se educação bilíngüe seria ou não uma prioridade educacional (CRAWFORD, 2004).

A população americana em geral apóia o ensino de línguas estrangeiras para os americanos. Especialmente depois do 11 de setembro, os americanos compreenderam a importância e a necessidade de se aprender outras línguas e de se conhecer outras culturas. Quando o assunto é educação bilíngüe, porém, a mesma atitude não prevalece. Os benefícios sociais e econômicos de se aprender línguas estrangeiras ficaram como que de uso exclusivo da classe média e alta americanas, enquanto da classe baixa, representada principalmente por grupos de imigrantes, espera-se que abandonem sua língua materna e que se assimilem à língua e à cultura americanas.

O debate acerca de educação bilíngüe, nos Estados Unidos, reflete a forma como os americanos entendem e interpretam o multiculturalismo. Nos grandes centros urbanos americanos, hoje em dia, é praticamente impossível caminhar sem se ouvir diferentes idiomas ou sem se perceber a diversidade étnica e cultural que caracteriza a sociedade americana, no início deste século. O debate, para muitos, reflete uma questão maior, que é a questão da identidade americana – quem somos, como vivemos e para onde vamos.

Neste sentido, muitos movimentos têm surgido com diferentes propostas e alternativas para a questão educacional de crianças imigrantes nas escolas. Um dos movimentos que tem tido grande repercussão na mídia americana é o “Somente Inglês” (*English-only*) liderado por Ron Unz, um empresário que fez fortuna no Vale do Silício e cuja filosofia é a assimilação rápida de imigrantes ao inglês e à cultura americana. Seu movimento ganhou adeptos em vários estados americanos e ele conseguiu que suas idéias virassem projetos de lei que proibissem educação bilíngüe e multiculturalismo nas escolas americanas (OVANDO et al., 2003).

Na Califórnia, por exemplo, o projeto conhecido como “Proposição 227” (*Proposition 227*), liderado por Unz, foi aprovado pela população do estado e basicamente aboliu a educação bilíngüe. Nas escolas da Califórnia, a instrução agora deve ser somente em inglês. A decisão aprovada gerou um debate nacional tanto a favor como contra a educação bilíngüe, mas foi considerada, sem dúvida, uma vitória para os integrantes do movimento

English-only. O que mais chamou a atenção neste caso foi o fato da Califórnia ser um dos estados mais diversos em termos étnicos, lingüísticos e culturais, já que o número de alunos de inglês como segunda língua, no ano 2000, no estado chegou a 1.4 milhão com uma população de estudantes e línguas diversas – como Vietnamês, Hmong, Cantonês, Mandarim, Tagalog, Khmer, Coreano, Armênio, Russo, Ucraniano, Serbo-Croácio, Urdu, Indi e Punjâbi, além, é claro, de uma grande maioria de falantes de espanhol (BAKER, 2006). Justamente devido a esta diversidade lingüística e multicultural, a Califórnia era um dos estados mais ricos em número de pesquisas e de experimentos em educação bilíngüe.

A votação em favor da Proposição 227, na Califórnia, gerou também um efeito dominó que fez com que outros estados pusessem projetos semelhantes em votação. Resoluções similares já foram aprovadas no Arizona e em Massachusetts. No estado do Colorado, a votação foi a favor da manutenção de programas de educação bilíngüe. Há projetos sendo estudados em outros estados, mas há também estados onde educação bilíngüe ainda é considerada fundamental na transição de crianças ao sistema de educação americano e ao inglês.

Em 2001, já no governo de George W. Bush, uma nova lei federal chamada “Nenhuma Criança Deixada Para Trás” (*No Child Left Behind – NCLB*) foi proposta para melhorar a qualidade de ensino nas escolas e para ajudar as chamadas minorias lingüísticas não só a aprenderem o inglês, mas também a melhorar seu desempenho nas demais disciplinas. Numa cultura educacional movida a testes e exames nacionais, para aprovação de alunos e para avaliação de escolas e distritos escolares, não é de se estranhar que os alunos imigrantes integrem o maior grupo de repetência e abandono escolar. A legislação federal proposta foi bem recebida pela população em geral, porque conseguiu tocar no nervo do sistema educacional americano: a baixa qualidade de ensino, principalmente nas escolas que servem às minorias étnicas e lingüísticas, que não estavam sendo aprovadas nos exames escolares. Ao tornar as escolas responsáveis pelo sucesso de seus alunos e pelos resultados de seu ensino, o NCLB pretende aumentar as expectativas com relação ao desempenho escolar através da homogeneização do ensino.

Apesar de reautorizar o Ato de Educação Bilíngüe por mais seis anos, o NCLB foi bastante claro ao estabelecer diretrizes para a educação de falantes não-nativos de inglês. A meta é desenvolver competência lingüística em inglês e não há nenhuma menção com relação ao

Educação

desenvolvimento da competência lingüística na língua materna dos alunos ou mesmo ao desenvolvimento de crianças bilíngües na lei (WILEY & WRIGHT, 2004). Ao contrário, o objetivo é que até o ano 2013-14, todos os alunos consigam demonstrar competência em inglês. Para atingir este objetivo, todas as crianças categorizadas como LEP (*Limited English Proficiency*) ou ELL (*English Language Learners*) estão sendo testadas, anualmente. As escolas que não conseguirem atingir os resultados previstos pela lei serão punidas através de redução de verbas ou mesmo da eliminação de seus programas.

Os críticos do NCLB apontam para a falta de orientação e de apoio aos professores, às escolas e às crianças. Como a responsabilidade com relação a produzir resultados passou do governo para as escolas, o problema passou também a ser das escolas, de seus professores e alunos e não do sistema educacional, isto é, mau desempenho passou a ser culpa das escolas e não dos administradores educacionais. Os resultados dos testes anuais apontam para as escolas que não estão produzindo resultados e são essas escolas que devem responder pelo baixo desempenho de seus alunos.

O grande problema que educadores e pesquisadores encontram, em fazer com que educação bilíngüe seja aceita pela população em geral, é difundir os benefícios dos programas bilíngües e tranquilizar muitos pais que acreditam que seus filhos não irão se alfabetizar em língua alguma se estiverem expostos a duas línguas, ao mesmo tempo, quando a pesquisa em bilingüismo aponta para o contrário (CUMMINS, 2000).

Isto confirma que a questão da educação bilíngüe não é simplesmente uma questão lingüística. A questão é muito mais política e ideológica, especialmente num país que atrai imigrantes do todo o mundo que trazem consigo suas línguas e suas culturas. Para que possa sobreviver, a educação bilíngüe tem que mostrar resultados e a população precisa compreender a importância política em formar cidadãos bilíngües e multiculturais.

EDUCAÇÃO BILÍNGÜE: SUCESSO OU FRACASSO?

Se a sociedade americana é uma sociedade de imigrantes, então por que tamanha rejeição à educação bilíngüe? Em todos os países do mundo, há um abismo que separa os ricos dos pobres. Este abismo econômico, social e cultural acaba se manifestando também no rendimento escolar e nas oportunidades tanto em termos de acesso como em qualidade de ensino.

Diminuir esse abismo é uma questão pública que envolve interesses políticos.

No caso dos Estados Unidos, o crescimento da população de estudantes que não falam inglês como língua materna acabou ajudando a difundir o mito de que o motivo do baixo rendimento escolar desses estudantes é o fato de estarem estudando em escolas bilíngües. Outros fatores, como tempo de residência no país, oportunidade, acesso e condição socioeconômica, não entram na equação na hora de se julgar o papel e os resultados da educação bilíngüe e são rapidamente deixados de lado pelos críticos dos programas bilíngües. Mesmo que a pesquisa em educação bilíngüe aponte para o sucesso escolar se os programas forem bem planejados e implementados (KRASHEN, 1996, 1999), a tendência da população é rejeitar qualquer forma de programa bilíngüe, em que outra língua, que não o inglês, seja utilizada em sala de aula. Baixo rendimento escolar é atribuído à língua e à forma de ensino, aos professores e aos alunos, mas a questão de distribuição de renda e de recursos não entram na equação por serem parte também de uma questão de poder político e econômico.

Não se está negando aqui que a exposição à língua seja necessária para que os estudantes possam desenvolver as habilidades necessárias nesta língua. Ainda que este argumento seja verdadeiro e que maior exposição à língua resulte, eventualmente, em maior fluência e compreensão desta língua, também deve ser levado em conta o fato de que os alunos necessitam primeiro compreender o conteúdo trabalhado em sala de aula em sua língua materna, que eles já dominam, para então, poder transferir esse conhecimento para um outro código lingüístico. Krashen (1999) concluiu que quando os programas bilíngües são bem executados, com planejamento e monitoramento durante todo o curso escolar, os alunos acabam produzindo melhores resultados acadêmicos do que alunos monolíngües. O motivo está justamente na capacidade desses alunos em produzir conhecimento em sua língua materna, o que torna a necessidade e o uso da segunda língua mais compreensível e relevante para os estudantes. O papel do professor como facilitador desta transição da língua materna para a segunda língua é crucial, principalmente na criação de contextos significativos em que a língua seja utilizada de forma realista e relevante para que o aprendiz possa fazer essa passagem de forma natural e segura.

Um outro fator, que necessita ser levado em consideração para o sucesso de programas bilíngües, é o papel da família e da comunidade. O

sucesso de uma criança na escola não acontecerá se ela não tiver o suporte familiar necessário para alcançar este sucesso. Em muitos casos, porém, os imigrantes são analfabetos em sua língua materna e acreditam não poder contribuir para o desenvolvimento acadêmico de seus filhos. Exemplos com a utilização de histórias que representam a cultura oral de pais analfabetos mostram que, se encorajados a participar da vida acadêmica de seus filhos e se respeitados pela cultura escolar, os pais podem contribuir não só para o processo de alfabetização de seus filhos, mas também para sua própria alfabetização (NAIDITCH, 2003).

CONCLUSÃO

Educação bilíngüe e multiculturalismo não só podem como devem ser uma prática comum em salas de aula de todo o mundo. É raro pensar em uma cultura monolíngüe – e muito menos em uma “monocultura” – no início deste século, quando fronteiras e distâncias estão diminuindo, barreiras sendo derrubadas e o processo de globalização já é uma realidade, mesmo que em alguns casos essa realidade ainda seja virtual (por conta da Internet). O acesso às diferentes formas de se pensar, entender e interpretar o mundo está a uma clicada de um *mouse*.

As sociedades modernas estão em mudança constante, mas aprender a mudar nossa forma de pensar nem sempre é tarefa fácil. Ao contrário, é mais fácil resistir à mudança do que tentar aceitá-la ou pelo menos permitir-se experimentar. Entretanto, para podermos nos ajustar aos novos tempos é preciso experimentar, para podermos verificar se práticas educacionais funcionam, ou se necessitam de adaptação ou reconsideração. Os Estados Unidos vêm experimentando com educação bilíngüe desde o princípio de sua colonização. Um país que foi e continua sendo construído por imigrantes não tem como negar a presença e o papel que as diferentes línguas e culturas tiveram e ainda têm em sua formação e em seu desenvolvimento. As salas de aula americanas hoje se caracterizam pela presença de crianças vindas das mais remotas partes do planeta, falando os mais diversos idiomas e trazendo consigo diferentes formas culturais de se pensar e de se relacionar. Ainda que a educação bilíngüe tenha passado por altos e baixos, não é ao uso de duas ou mais línguas em sala de aula que se deva culpar pelo baixo rendimento escolar, principalmente de crianças imigrantes e de minorias lingüísticas. Há razões econômicas, sociais e educacionais que necessitam ser compreendidas para que se possa pensar

em melhoria na qualidade de ensino e na formação de professores. Se as crianças necessitam utilizar sua língua materna, enquanto aprendem o inglês, e se elas trazem consigo diferentes formas de se entender o mundo e os conteúdos trabalhados em sala de aula, quem sabe isso não significa que educação bilingüe e multiculturalismo em sala de aula pode, na verdade, estar oferecendo soluções ou pelo menos novas alternativas na tentativa de formar alunos-cidadãos, com capacidade de refletir e produzir novos conhecimentos?

REFERÊNCIAS

- BAKER, C. **Foundations of Bilingual Education**. Clevedon: Multilingual Matters, 2006.
- CRAWFORD, J. **Educating English Learners: Language diversity in the classroom**. Los Angeles, CA: Bilingual Education Services, 2004.
- CUMMINS, J. **Language, power and pedagogy: Bilingual children in the crossfire**. Clevedon: Multilingual Matters, 2000.
- GARCIA, E. Bilingualism and Schooling in the United States. **International Journal of the Sociology of Language**, n. 155/156, p. 1-92, 2002.
- GARCIA, O. "For it is in giving that we receive": A history of language policy in the United States. Paper presented at the CONFERENCE AMERICAN PLURALISM: TOWARD A HISTORY OF THE DISCUSSION, State University of New York at Stonybrook, June 1992.
- KRASHEN, S. **Under Attack: The case against Bilingual Education**. Culver City, CA: Language Education Associates, 1996.
- _____. **Condemned without a trial: Bogus arguments against Bilingual Education**. Portsmouth, NH: Heinemann, 1999.
- MACKEY, W. F. The importation of Bilingual Education Models. In: ALATIS, J. (Ed.). **Georgetown University Roundtable: International dimensions of Education**. Washington, DC: Georgetown University Press, 1978.
- MCCARTY, T. L. Dangerous difference: A critical-historical analysis of language education policies in the United States. In: TOLLEFSON, J. W.; TSUI, A. B. M. (Eds.). **Medium of Instruction Policies: Which agenda? Whose agenda?** Mahwah, NJ: Erlbaum, 2004.
- MIGUEL, G. S. **Contested Policy: The rise and fall of Federal Bilingual Education in the United States 1960-2001**. Denton, TX: University of North Texas Press, 2004.
- NAIDITCH, F. Bi-literacy development in the classroom: Examples from the South Bronx. Paper presented at the NYSTESOL ANNUAL CONFERENCE. Rye: New York, May 2003.

OVANDO, C. J.; COLLIER, V. P.; COMBS, M. C. **Bilingual and ESL classrooms: Teaching in multicultural contexts.** New York: McGraw Hill, 2003.

RHEE, J. Theories of Citizenship and their role in the Bilingual Education debate. **Columbia Journal of Law and Social Problems**, v. 33, n. 1, p. 33-83, 1999.

SCHMIDT, R. **Language policy and identity policy in the United States.** Philadelphia, PA: Temple University Press, 2000.

WIESE, A. M.; GARCIA, E. E. The Bilingual Education act: Language minority students and US Federal Educational Policy. **International Journal of Bilingual Education and Bilingualism**, v. 4, n. 4, p. 229-248, 2001.

WILEY, T. J. Accessing language rights in Education: A brief history of the US context. In: TOLLEFSON, J. W. (Ed.). **Language Policies in Education: Critical issues.** Mahwah, NJ: Erlbaum, 2002.

WILEY, T. J.; WRIGHT, W. Against the Undertow: Language-minority Education Policy and politics in the “Age of Accountability”. **Educational Policy**, v. 18, n. 1, p. 142-168, 2004.